



NOVA ETAPA

Ao abrir a seleção para a segunda turma do programa Direito e Desenvolvimento, o coordenador fala dos próximos passos

por Oscar Vilhena

Ao iniciar o programa de mestrado contávamos com dois fatores: a aceitação por alunos de diversos pontos do país e mestrandos de excelente nível. Essas duas expectativas se confirmaram: o curso se encaminha para ser um programa nacional, temos alunos de diversos pontos do Brasil, que claramente buscavam estudar direito de uma forma imbricada com as mudanças porque o país está passando. Seja com o projeto de inserção no plano internacional ou com o desenvolvimento interno tanto na área econômica como social. Não foi difícil justificar essa necessidade de um mestrado em direito e desenvolvimento. Havia uma demanda não atendida por esse tipo de aprofundamento. Os alunos estavam ávidos por algo novo e que abrisse as possibilidades e o repertório de instrumentos metodológicos para estudar o direito de outra forma. Nesse sentido as expectativas foram atendidas e superadas. A satisfação dos alunos é visível.

Esse interesse, expresso de modo eloqüente por eles, de reconhecer o Brasil é algo que chega a surpreender. No programa refletimos sobre os projetos de desenvolvimento por que passou o Brasil desde o início da República até os dias de hoje. Nas aulas e nos workshops ficou claro que o aluno que vem das outras faculdades não tem uma noção clara a respeito do país, de sua história, de sua gênese. É como se fosse possível estudar o direito como disciplina autônoma ou descolada da realidade. Nesse sentido, há certa alienação na forma como se processa o ensino das ciências jurídicas em muitos centros de ensino. Estuda-se processo, direito comercial, direito civil, constitucional num vácuo político histórico e social. Eles encontram em nosso programa uma oportunidade de reconfigurar suas perguntas metodológicas e acadêmicas a partir dessa perspectiva.

E isso foi tão estimulante que quase todos repensaram seus projetos, que já eram bons, à luz de um conhecimento maior a respeito das necessidades e da história brasileira. Esses projetos sairão ainda melhores, pois agora estão conectados com as demandas mais profundas do país.

A seleção da nova turma

Nesse primeiro semestre tivemos 10 alunos e, para dar exemplos, cito um projeto interessante sobre inovação tecnológica, que desenvolve um discurso sobre propriedade intelectual, comparando regimes jurídicos que permitem maior ou menor inovação. Existem países que em função de suas escolhas jurídicas nos anos 90, como pode ser o caso da Índia, tiveram um *boom* de inovação tecnológica na área de computadores e software, da indústria farmacêutica. Isso foi resultado de decisões políticas e jurídicas que o país tomou. Ou seja, a legislação e o direito geram impacto no desenvolvimento, O Brasil caminhou em outra direção, que nos colocou a reboque nesse aspecto da inovação. É uma aluna que está realizando essa pesquisa.

Outros dois alunos trabalham com o importante tema do novo mercado. De que maneira o fato de termos criado uma regulamentação diferenciada na Bolsa de Valores de São Paulo, exigindo maior transparência das empresas, uma governança corporativa mais sólida, gerou impactos, favorecendo a entrada de mais investimentos? Isso tem a ver com o fato de hoje sermos menos afetados pela crise bancária que chacoalha o mundo financeiro?

Esses exemplos apontam um novo repertório de problemas, distinto do que o jurista tradicional estava acostumado a abordar.

Agora uma nova turma será selecionada. São 20 vagas anunciadas no edi-

tal, mas o compromisso é com a qualidade dos projetos, não com a quantidade. Apostamos que a proposta de um curso de alcance nacional continue, com alunos vindos de diferentes pontos do país. E com projetos de ponta. A novidade fica por conta dos esforços de patrocínio e no sistema de bolsas e de financiamento para essas pesquisas. Temos consciência de que esse é um mestrado caro, exige muito das pessoas e não queremos perder bons alunos por não disporem dos recursos suficientes. Talvez a boa novidade para o próximo período de seleção seja que, além do programa de bolsa repagáveis oferecidas pela FGV, teremos mais duas modalidades de remuneração para os jovens que se destaquem: as monitorias e a pesquisa. O mestrando a partir do segundo semestre poderá trabalhar junto com o professor num programa de aperfeiçoamento pedagógico, sendo remunerado. A outra possibilidade é trabalhar com grupos de pesquisa, na produção de trabalhos acadêmicos. Pretendemos que os alunos interessados em cursar o mestrado venham para cá, pois haverá oportunidade de financiamento, de modo a tornar o curso mais acessível.

Com apenas um semestre, nosso programa já repercutiu pela introdução do tema do desenvolvimento no campo do direito. São convites de outras instituições para palestras, contatos para entender o que é, afinal, direito e desenvolvimento. Estivemos na Universidade de Warwick, na Inglaterra, e na Universidade de Pretoria, na África do Sul. Estão criando um programa parecido com o nosso e querem fazer convênio. Assim, os alunos poderão participar de programas de intercâmbio, cumprindo créditos em escolas conveniadas. E, o melhor, trataremos professores de outros programas para workshops e ciclos de palestras. Ou seja, será um semestre denso! 